



Exmo/a Senhor/a

NAKASIGREEN - UNIPESSOAL LDA

Rua Raimundo Porta, Edifício Vila Expo, - Bloco A 3º

Dtº

2560-692 TORRES VEDRAS

Outros dados Entidade: 515121169

Referência	Data de emissão	Processo	Serviço emissor
Ofício n.º 9402 / 2023	31/08/2023	2023/300.10.001/23	Contratação Pública

Assunto: Notificação de adjudicação - Empreitada de intervenção em parques infantis do Município de Sines

Exmos. Srs.

Nos termos do disposto no art.º 77.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação - Código dos Contratos Públicos (CCP), informa-se V. Exas. que, por despacho do Exmo. Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal de Sines, datado de 29/08/2023, foi adjudicada a V. Exas. a aquisição mencionada em epígrafe, pelo valor de € 29.950,00 (vinte e nove mil novecentos e cinquenta euros) acrescido de IVA à taxa de 6% no valor de € 1.797,00 (mil setecentos e noventa e sete euros) o que totaliza o valor de € 31.747,00 (trinta e um mil setecentos e quarenta e sete euros).

O compromisso relativo a esta despesa tem o numero sequencial de 25889 de 31/08/2023, o qual deve constar da faturação referente ao fornecimento.

Assim, fica o adjudicatário notificado para:

1. Que se pronuncie, ao abrigo do art.º 101º do CCP, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a minuta do contrato aprovada em simultâneo com a decisão de adjudicação e que segue em anexo a esta notificação;
2. Indicar o segundo outorgante do contrato, bem como a qualidade em que outorga, juntando documento que comprove o poder de representação;
3. No prazo de 05 (cinco) dias úteis, apresentar os documentos de habilitação, conforme o art.º 81º do CCP, nomeadamente:

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.



- a) Declaração Anexo II, prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 81º do CCP, na sua redação atual, cujo modelo se anexa,
- b) Os documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, respetivamente:
- Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe da Divisão de Administração e Finanças
(No uso de competências delegadas e/ou subdelegadas)
